

O terceiro mandato de Lula

Paulo Fernando Silveira*

Em 04/03/1797, George Washington encerrou sua brilhante carreira pública, após ter exercido o segundo mandato presidencial. O primeiro fora iniciado em 30/04/1789. Antes de passar para história como o maior líder político dos Estados Unidos de todos os tempos, Alexander Hamilton lhe perguntou: “Se uma tempestade se forma, como pode você se retirar?” (*If a storm gather how can you retreat*). Seu secretário do tesouro se referia à luta política que estava sendo travada entre o partido do presidente, o federalista, que queria a sua permanência no poder até a morte, ou a simples nomeação, como seu sucessor, do correligionário e vice-presidente John Adams, e o partido republicano, que pugnava por eleição popular, liderado por Thomas Jefferson, secretário de estado. A resposta de Washington foi peremptória. Escreveu que encerraria sua vida pública naquela data, após o quê “nenhuma consideração sob o céu, que podia antever, o retiraria da caminhada para a vida privada” (*close my public life on March 4 (1797), after which no consideration under heaven that I can foresee shall draw me from the walks of private life*).¹

Como a Constituição americana não limitava o número de mandatos presidenciais, os federalistas, que estavam no poder, a interpretavam no sentido de que o presidente podia ser reeleito, até sua morte, quantas vezes agradasse ao povo, sendo este representado pelos parlamentares. Na visão desses políticos, o estabelecimento da vice-presidência pressupunha uma sucessão tipo monárquica. Na morte do presidente, o vice-presidente, como herdeiro, assumiria a presidência, também vitaliciamente.

Porém, Washington, dando um belo exemplo de caráter e despojando-se de ambições ditatoriais, determinou que a sua sucessão ocorresse pelas urnas, em observância ao princípio republicano, pelo qual o povo tinha lutado contra a coroa inglesa. Essa decisão foi o ponto culminante de sua carreira e seu maior e final presente para o mundo. Foi ele quem, solitariamente,

decidiu que os Estados Unidos seriam, efetivamente, uma república e não uma monarquia.

O precedente estabelecido por Washington, no sentido de que o presidente deve se retirar após dois termos, permaneceu intocável até 1940, quando foi quebrado por Franklin Delano Roosevelt que — debaixo de circunstância excepcional (a segunda guerra mundial, de 1939 a 1945) — obteve seus terceiro e quarto mandatos consecutivos, ou seja, governou interruptamente de 1933 a 1945, morrendo nesse ano no exercício do cargo.

Para que tal desrespeito à tradição jamais ocorresse novamente, o povo americano fez inserir na Constituição a proibição do exercício de mais de dois mandatos presidenciais consecutivos através da Emenda Constitucional XXII, que foi aprovada no congresso em 21/03/1947 e ratificada pela maioria dos Estados-Membros em 27/02/1951.

Note-se que, lá, qualquer emenda à Constituição, que é de 1787, só passa a valer após sua ratificação por três quartos das assembleias estaduais, às quais é submetida. Até hoje, das inúmeras emendas constitucionais aprovadas pelo congresso, somente 27 foram ratificadas. Isso acontece em respeito ao princípio federalista, já que o pacto firmado entre a União e os Estados-Membros não pode ser modificado unilateralmente pela União (Congresso Nacional). Não se argumente que os senadores representam os Estados, dando assim legitimidade à alteração unilateral, eis que recebem seus salários da União, se elegem pelo voto popular da mesma forma que os deputados federais e são, como estes, cooptados pelo governo federal para os cargos nacionais de ministros e dirigentes de estatais, empresas públicas e de economia mista. É o que eu tenho defendido, há tempo, em meus livros “Devido Processo Legal” e “Freios e Contrapesos”.

Como a Constituição brasileira é, originária e estruturalmente, uma cópia fiel da americana, adotando os mesmos princípios, federalista e republicano, também, por isso mesmo, é imodificável por decisão unicamente do Congresso Nacional. Há de se obter para se validar qualquer alteração — sob pena de inconstitucionalidade (violação dos princípios acima) —

* Juiz Federal aposentado. Jurista. Escritor. É membro da Academia de Letras do Triângulo Mineiro – ALTM.

¹ Flexner, James Thomas. Washington – The Indispensable man. USA: Little, Brown and Co, 1974, pg. 347.

o assentimento da maioria das assembleias legislativas estaduais que, sim, são as únicas que representam legitimamente os Estados-Membros. O povo, como um todo, por seus representantes estaduais, deve ser ouvido, não bastando o conluio interesseiro e ocasional dos políticos federais.

Ao perigo do excesso de legislação só se compara o número excessivo de emendas constitucionais. Em 1997, foi criada nos Estados Unidos uma organização não governamental (*Citizens for the Constitution*) com o objetivo de proteger a Constituição contra a ameaça colocada pela tese, tão freqüente advogada, de emendas formais à Constituição. Na visão dos membros dessa organização, propostas de emendas constitucionais são rotineiramente introduzidas por seus defensores como um primeiro passo favorável à panacéia para todas as doenças sociais. Propondo específicas políticas públicas, tais emendas têm o potencial de solapar a cultura americana que adequadamente entesoura e reverencia a Constituição. Caso fossem adotadas, elas tornariam a Constituição, que é uma carta de governo efetiva e executável, em um documento de aspirações insanas. (*In the view of this organization, constitutional amendments are routinely introduced by their supporters as "the favored first-step panacea for all societal ills". Proposing specific public policies, such amendments have "the potential to undermine an American culture that properly treasures and revere our Constitution." Should they be adopted, they would turn "an effective and enforceable charter of government into a document of faddish aspiration"*)²

Essas emendas constitucionais sem a necessária legitimidade popular se tornam mais perigosas quando põem em risco, ainda, o princípio republicano. Isso ocorre toda vez que um presidente da república, não contendo suas ambições pessoais de permanecer no cargo dentro do prazo estrito previsto na Carta Política — e tendo cooptado uma ampla base parlamentar, às vezes até com o predomínio de um só partido — inventa de aumentar, inconstitucionalmente, o seu mandato presidencial, de quatro para cinco anos, ou se arvora no direito de se candidatar a um terceiro mandato.

Thomas Jefferson, acompanhando o mesmo pensamento de Aristóteles³, já advertia quanto ao

perigo que as instituições democráticas sofrem quando o presidente tem essas ilegítimas e inconstitucionais pretensões.

Di-lo enfaticamente: “O segundo aspecto que me desagrada, e muito, é o abandono em todas as instâncias da necessidade de rotação nos cargos, e mais particularmente no caso de Presidente. A experiência concorre com a razão em concluir que o primeiro magistrado sempre será reeleito se a Constituição permitir. Então, será uma autoridade vitalícia” (*The second feature I dislike, and greatly dislike, is the abandonment in every instance of the necessity of rotation in office, and most particularly in the case of the President. Experience concurs with reason in concluding that the first magistrate will always be re-elected if the Constitution permits it. He is then an officer for life*).⁴

Seus argumentos ainda são fortes na atualidade, ao acreditar que “Uma vez no cargo, e possuindo a força militar da União, sem ajuda ou controle de um Conselho, ele não será facilmente destituído, mesmo se o povo for induzido a lhe retirar o suporte do voto. (*Once in office, and possessing the military force of the union, without either the aid or check of a council, he would not be easily dethroned, even if the people could be induced to withdraw their votes from him.*)”⁴.

Num país que aspira ser democrático e republicano como o Brasil — seguindo o seu paradigma constitucional americano — o governo, necessariamente, é de leis e não de homens. Ou seja, mais valem as instituições públicas, que devem operar de forma natural e duradoura, do que os supostos defensores da pátria, que se dizem insubstituíveis no cargo, sob o falso argumento de que sem a sua liderança vai-se de se instaurar no país a desordem e a ingovernabilidade. A necessidade de ordem sempre foi o argumento utilizado pelos tiranos para se perpetuarem no poder.

Portanto, além do aspecto constitucional, emerge, sobranceiro, um inafastável fator moral.

Até a independência do Supremo Tribunal corre risco com essas imperfeitas emendas, pois como se sabe ele detém, constitucionalmente, o poder de dizer a última palavra na interpretação da Carta Política.

² Belz, Herman. *A living Constitution or fundamental law? American Constitutionalism in Historical perspective*. USA: Rowman&Littlefield, 1988, pg.267, n.109.

³ Aristotle. *Politics and Poetics*. USA: The Easton Press, 1979, pg.207.

⁴ Jefferson, Thomas. *Writings*. USA: The Easton Press, 1993, vol.II, pgs. 913/4 e 916.

Assim, uma decisão sua só pode ser superada por uma emenda constitucional. Ocorre que se essa decisão ferir interesses dos poderosos, principalmente o domínio político do país por meio de leis protecionistas desses privilegiados grupos (o que acontece neste país há séculos, como já demonstrei em livro⁵), os parlamentares federais farão, imediatamente, uma emenda constitucional para suplantar a orientação do Supremo Tribunal.

Ora, se a emenda constitucional depender — como é correto dizer, em face do pacto federativo firmado entre a União e os Estados-Membros — da ratificação da maioria das Assembléias Estaduais (tal como ocorre nos USA), haverá mais probabilidade de a decisão do Supremo permanecer intocada, já que os grupos de interesses dos parlamentares federais e estaduais nem sempre são os mesmos. Retira-se, também, o caráter oportunista e momentâneo da emenda constitucional, proposta só pelos parlamentares federais, a qual passa a ocorrer somente em casos absolutamente necessários, a critério de toda a representação política de ambas as partes, federal e estaduais, que firmaram originariamente o pacto federalista.

Não se esqueça, jamais, como advertiu o *Chief Justice John Marshall*, da Suprema Corte dos Estados Unidos, ao julgar o caso *McCulloch x Maryland*, em 1819, que a Constituição não é uma lei ordinária, que pode ser modificada a todo tempo, para atender interesses ordinários e passageiros do povo, ou de seus governantes, mas, ao contrário, “Uma Constituição é prevista para durar por eras que vêm e, conseqüentemente, para ser adaptada às várias crises das atividades humanas” (*A Constitution is intended to endure for ages to come, and consequently to be adapted to the various crises of human affair*).⁶

Tendo em vista que o experimento democrático, republicano e federalista americano deu certo, já que a Constituição prevalece há mais de 200 anos, sem nenhuma tentativa de qualquer governante se perpetuar no poder, indaga-se: qual será o legado de Lula para as futuras gerações brasileiras?

⁵ Silveira, Paulo Fernando. *500 Anos de Servidão – A lei como instrumento de dominação política no Brasil*. Brasília: OAB Editora, 2004, pg. 419.

⁶ Marshall, John. *McCulloch v. Maryland*. 17.U.S. 316 (Wheat.) 1819.